



MOBILIDADE NO ACESSO A CALÇADAS E ESTACIONAMENTOS NA UFRPE/UAG

Amanda Mayara da Costa Lima Santos¹

Maria do Carmo de Albuquerque Braga²

Amanda Cybelle Fernandes Cavalcanti³

RESUMO

Há vários anos, as pessoas com algum tipo de deficiência física têm sido excluídas ou até mesmo limitadas no uso dos espaços, especialmente aqueles que são tidos como públicos, como no caso das universidades que são espaços onde devem estar inseridas todas as pessoas, portadoras de deficiência ou não. A mudança de pensamento a respeito da integração dessas pessoas nas instituições de ensino superior público gera duas principais consequências: o aumento no quantitativo de pessoas com mobilidade reduzida que frequentam cursos superiores e a adoção de medidas para atendê-las em suas necessidades especiais. Sendo assim, a proposta desta pesquisa foi identificar e analisar as condições de acessibilidade nas áreas externas do *campus* da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em Garanhuns, com objetivo de contribuir para o respeito à Lei Federal que determina a promoção da justiça social, respeitando as diferenças entre os cidadãos, no acesso à informação e a formação profissional. Desta forma utilizou-se para este trabalho o uso das normas para acessibilidade, NBR 9050/2004 que trata da adequação nas edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. A partir desta norma foram observados e analisados os pontos problemáticos com o auxílio do projeto da universidade e de visitas *in loco*. Foram verificados: estacionamentos e passeios. Desta forma, considerou-se nos resultados o fato da Universidade ter menos que 10 anos e ainda estar em processo de construção, contribuindo para que as normas de acessibilidade fossem cumpridas tal qual ordena a legislação. Porém, em linhas gerais, não é o que acontece.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade. Universidade. Mobilidade reduzida.

¹Graduanda no curso de Agronomia, Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE / Unidade Acadêmica de Garanhuns - UAG. E-mail: amanda_mayara2@hotmail.com.

²Professora adjunta, Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE / Unidade Acadêmica de Garanhuns - UAG. E-mail: mariabraga77@gmail.com.

³Graduanda no curso de Agronomia, Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE / Unidade Acadêmica de Garanhuns - UAG. E-mail: amanda_cybelles2@hotmail.com



MOBILITY IN ACCESS TO DRIVEWAYS AND PARKING LOTS IN UFRPE / UAG

ABSTRACT

Several years ago, people with some kind of disability have been excluded or even limited in the use of spaces, especially those that are considered public, as in the case of universities which are spaces where they should be inserted all people, people with disability or not. The shift in thinking about the integration of these people in public higher education institutions generates two main consequences: the increase in the quantity of people with reduced mobility who attend higher education and the adoption of measures to meet them on their special needs. Thus, the purpose of this research was to identify and analyze the accessibility conditions in the external areas of the Federal Rural University of Pernambuco, in Garanhuns campus in order to contribute to compliance with Federal Law determines that the promotion of social justice, respecting the differences between citizens, access to information and training. Thus we used for this work, the use of standards for accessibility, NBR 9050/2004 dealing with adequacy in buildings, furniture, equipment and urban spaces. From this standard were Observed and Analyzed the problem spots with the help of the university and project visits in loco. Were checked:, parking and tours. Thus, we Considered colleagues results of the University have less than 10 years and is still under construction, contributing to the accessibility standards Were it met our orders the legislation. However, in general, is not what Occurs.

KEY-WORDS: Accessibility. University. Reduced mobility.

LA MOVILIDAD EN EL ACCESO A VÍAS DE ACCESO Y ESTACIONAMIENTOS EN UFRPE / UAG

RESUMEN

Hace varios años, las personas con algún tipo de discapacidad han sido excluidas o limitadas en el uso de los espacios, sobre todo aquellos que se consideran públicos, como en el caso de las universidades, que son espacios donde deben insertarse todas las personas, las personas con discapacidad o no. El cambio en el pensamiento acerca de la integración de estas personas en las instituciones públicas de educación superior genera dos consecuencias principales: el aumento de la cantidad de personas con movilidad reducida que asisten a la educación superior y la adopción de medidas para hacer frente a ellos en sus necesidades especiales. Por lo tanto, el propósito de esta investigación fue identificar y analizar las condiciones de accesibilidad en las áreas externas de la Universidad Federal Rural de Pernambuco, en Garanhuns campus con el fin de contribuir al cumplimiento de la Ley Federal determina que la promoción de la justicia social, el respeto de la diferencias entre los ciudadanos, el acceso a la información y la formación. Por lo tanto hemos utilizado para este trabajo, el uso de normas para la accesibilidad, NBR 9050/2004 tratar con suficiencia en edificios, mobiliario, equipo y espacios urbanos. Desde se observaron y analizaron el problema con la ayuda del proyecto universitario y el sitio de esta norma visita puntos. Se verificaron: estacionamiento y tours. Por lo tanto, se consideró que el hecho de que los resultados de la Universidad tienen menos de 10 años y todavía está en construcción, lo que contribuye a las normas de accesibilidad se cumplió como lo ordena la legislación. Pero, en general, no lo es ocurre.

PALABRAS-CLAVE: Accesibilidad. Universidad. La movilidad reducida.



INTRODUÇÃO

As universidades públicas devem ser por excelência, o lócus de formação de profissionais qualificados, tendo como foco a promoção da construção de uma sociedade baseada na justiça e igualdade, respeitando as diferenças. Contudo, a realidade não se apresenta exatamente assim.

Acessibilidade é o termo utilizado para definir a possibilidade de todo e qualquer indivíduo desfrutar, com segurança e autonomia, dos benefícios de uma vida em sociedade, inclusive a utilização de produtos e equipamentos, transportes, serviços e informação. A partir dessa afirmação, entende-se que o termo não se refere apenas às pessoas com deficiência ou usuários de cadeiras de rodas, mas também a pessoas idosas, gestantes, obesas, com baixa ou alta estatura ou com mobilidade reduzida temporária (LANCHOTI, 2011).

Há vários anos, as pessoas com algum tipo de deficiência física têm sido excluídas ou até mesmo limitadas no uso dos espaços, especialmente aqueles que são denominados de públicos, e no caso, que conformam a vida acadêmica. Segundo Sasaki (2001), até o início dos anos 1980, vários fatores contribuíam para que essas pessoas não conseguissem chegar às universidades, como por exemplo, “não acesso à educação básica, a serviços de reabilitação, a equipamentos e aparelhos especiais, a transporte coletivo, dificuldades financeiras, desconhecimento dos direitos pertinentes à deficiência, etc.”.

Nos anos recentes, mudanças têm ocorrido, fazendo surgir um novo modelo de inclusão social, “procurando substituir o velho modelo médico da deficiência (adaptar a pessoa deficiente ao sistema educacional) pelo modelo social da deficiência (adaptar o sistema educacional às necessidades especiais de qualquer aluno)” (SASSAKI, 2001). Essa mudança de pensamento a respeito da integração deste grupo de pessoas nas instituições de ensino, extensão e pesquisa das universidades gera duas principais consequências: o aumento do número de pessoas com deficiência frequentando cursos superiores e a adoção de medidas para atender às necessidades especiais destes universitários.

Porém, em muitos casos após ingressarem nas universidades, estas pessoas acabam encontrando barreiras físicas ou de acessibilidade (alunos com mobilidade



reduzida ou dificuldade de locomoção), barreiras de comunicação (no caso os alunos surdos ou cegos) e barreiras técnicas (falta de materiais em Braille e equipamentos adequados). E, em caso de superação destas barreiras, ainda existem as barreiras do preconceito e da exclusão social no meio acadêmico, o que para muitos acarreta em impedimento para a conclusão do curso.

Alia-se a isso, a proposta dos governos Federal e estaduais em interiorizar o conhecimento, implantando novas unidades de ensino nas mais diversas regiões do país. Esse é o caso da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que em 2005, inaugurou sua 1ª Unidade Acadêmica, no município de Garanhuns, a UAG. Desde então, a UAG vem passando lentamente e, particularmente no último ano, fortemente, por um processo construtivo acelerado, na tentativa de responder às necessidades da região para que a mesma possa alcançar níveis de desenvolvimento em função de seu potencial.

Dessa forma, novos blocos têm sido acrescentados para abrigar salas de aula, em função dos novos cursos implantados e fazer jus, conseqüentemente, ao aumento da estrutura administrativa necessária à gestão da unidade. Em função disso, os acessos tanto à Unidade quanto aos blocos que a compõe, no que se refere a pedestres ou veículos motorizados ou não, têm sido implantados. Porém, observa-se que a construção desses espaços não têm se dado em conformidade com as exigências da legislação federal e nem mesmo privilegia as necessidades de uso das pessoas do lugar.

Assim sendo, a proposta desta pesquisa PIBIC foi de identificar e analisar as condições de acessibilidade nas áreas externas no campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em Garanhuns, objetivando contribuir para o respeito à Lei Federal que determina a promoção da justiça social, respeitando as diferenças entre os cidadãos, no acesso à informação e a formação profissional. Já dentre os objetivos específicos, visou-se servir como fonte de referência para a criação e a implantação de novas unidades de ensino superior, em outros municípios do estado, a exemplo da Unidade do Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana do Recife. A partir dos objetivos, foi identificada uma metodologia que melhor se

adequasse ao que foi proposto no projeto, de forma a melhor identificar os espaços externos cuja promoção de acessibilidade seja imprescindível, para assim confrontá-los com as exigências da legislação.

DESENVOLVIMENTO

O trabalho privilegiou um estudo observacional descritivo, que foi realizado nas áreas externas do campus da Universidade, cujas etapas metodológicas seguiram os seguintes aspectos:

1 - Revisão da literatura sobre o tema. Como bases teóricas foram consideradas:

a) TRES Orildes; 2007, elaborado com o objetivo de auxiliar na busca de obstáculos no ambiente edificado, desde o passeio público até o interior da Sede e das Inspetorias da Instituição, este roteiro não têm a intenção de absorver todo o conteúdo das normas relativas à acessibilidade. Aponta as principais verificações a serem observadas em edificações, no sentido de assegurar fisicamente o uso e o acesso indiscriminado aos espaços condominiais e de uso público.

b) NBR 9050, é uma norma da ABNT que diz respeito à critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. Esta Norma visa proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos.

c) LEI FEDERAL 10.098; 2000, a partir do ano de 2000, tiveram início à validade da Lei 10.098 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.



2 - Identificação das áreas externas do campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em Garanhuns/PE, por meio do conjunto de plantas que compõem o projeto de arquitetura da Unidade. Logo após iniciou-se as visitas de campo onde se observou nesta primeira etapa. Toda área externa. Relacionadas a verificação e contagem de estacionamentos e calçadas. Também foram tiradas suas medidas, como altura, largura, profundidade e comprimento.

3 – Visita in loco nas áreas externas, caracterização, identificação e análise das possíveis inadequações. Através da planta de locação do projeto de arquitetura da UFRPE/UAG. Iniciou-se a obtenção de dados para a análise nos pontos de acessos como escadas, rampas, passeios e estacionamentos.

Nos estacionamentos, a análise consistiu em: disposição de vagas ofertadas para pessoas com necessidades especiais, que deve ser no mínimo de 10% do total de vagas, sendo esta(s) o mais próximo da(s) entrada(s) disponível (eis). Ocorrência de rampas localizadas próximo as vagas para dar acesso ao passeio. A largura mínima da vaga especial que deve ser de pelo menos 5,50m. Distância mínima da vaga mais próxima para a entrada, com a distância real da vaga encontrada. Já Nas calçadas foi medida a largura mínima exigida que ainda segundo a ABNT, o valor deve ser de 1,20 m. Por último os passeios, onde houve a medição das larguras em diversos pontos, qualidade dos pisos e a possibilidade de se ter empecilhos que impeçam ou dificultem a passagem.

Para isto foi necessário alguns equipamentos auxiliares na visita de campo como:

- Trena: para medir rampas escadas e larguras de passarelas;
- Câmera: registrar lugares com problemáticas que atrapalhariam o acesso das pessoas;
- Mapa: conhecer e identificar os pontos diferentes a planta e na realidade;
- Caderneta para anotações de cálculo e valores.

Estacionamentos



Os estacionamentos são lugares comuns a todas as pessoas, podendo utilizá-los independentemente de serem portadoras de necessidades especiais ou não. Para isso foram criadas leis que regulam esses espaços, principalmente em prédios públicos, onde há uma grande demanda de pessoas.

Em universidades públicas, além de serem espaços públicos, oferecem educação para toda a sociedade da região. Assim, vem oferecer vagas para todas as pessoas com reserva para idosos e pessoas com necessidades especiais, para que pessoas com mobilidade reduzida possam utilizar este espaço, alguns órgãos orientam-se por leis para a fiscalização do uso destes espaços.

Segundo a Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção, em seu art. 7º, estabelece a obrigatoriedade de reservar 2 % (dois por cento) das vagas em estacionamento regulamentado de uso público para serem utilizadas exclusivamente por veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência ou com dificuldade de locomoção. Ainda de acordo com a Lei 10.098, observa-se a o dimensionamento dos espaços apropriados para estacionamento.

Espaços de manobra

O espaço para manobrar o carro e a disposição do estacionamento são os principais aspectos observados.

Segundo a Cartilha de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos (2004), que tem como base a lei nº. 10.098 (2000) Os estacionamentos a 45º, tal qual se encontra na UFRPE/UAG, devem ter no mínimo 2,30m de largura por 5,00m de comprimento. Para manobra, é preciso cerca de 3,50m de largura da via, desconsiderando o tráfego no sentido contrário. Dessa forma, devem ser observadas as seguintes recomendações:

- Os estacionamentos coletivos devem ter área de acumulação, acomodação e manobra de veículos, dimensionados de forma a comportar, no mínimo, 10% (três por cento) de sua capacidade.
- Na área de acumulação, acomodação e manobra de veículos poderão ser consideradas as rampas e faixas de acesso às vagas de estacionamento, desde que possuam largura mínima de 5,50m.
- As vagas de estacionamento são dimensionadas em função do tipo de veículo, e os espaços de manobra e acesso em função do ângulo formado pelo comprimento da vaga e a faixa de acesso, respeitadas as dimensões mínimas conforme a tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - Dimensões de vagas e faixas de acesso.

VAGA PARA ESTACIONAMENTO				FAIXA DE ACESSO À VAGA
Tipo de Veículo	Altura	Largura	Comprimento	0 a 45°
Pequeno	2,10	2,00	4,20	2,75
Médio	2,10	2,10	4,70	2,75
Grande	2,30	2,50	5,50	3,80
Deficiente Físico	2,30	3,50	5,50	3,80
Moto	2,00	1,00	2,00	2,75
Caminhão Leve	3,50	3,10	8,00	4,50

Fonte: Cartilha de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (2004).

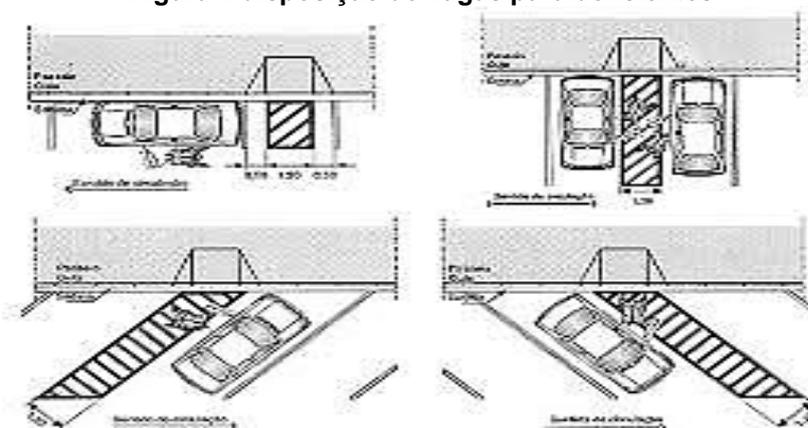
De acordo ainda com as normas da ABNT (2004). A vaga, quando paralela à faixa de acesso ("baliza") será acrescido 1m (um metro) no comprimento e 0,25m (vinte e cinco centímetros) na largura para automóveis e utilitários, e 2m (dois metros) no comprimento e 1,00m (um metro) na largura para caminhões e ônibus. Será admitida apenas a manobra de até dois veículos para liberar a movimentação de um terceiro.

As edificações com mais de 10 vagas tem que disponibilizar no mínimo 3% de vagas reservadas para deficientes, devendo estas ser estabelecido, pelos órgãos competentes.

A porcentagem de vagas destinadas a deficientes físicos ou motocicletas, será acrescida, em número de vagas, ao mínimo exigido pela LPUOS (Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo 2010), devendo ser demarcadas.

Na figura 1, é possível se observar as disposições das vagas de estacionamentos quanto à largura, tamanho e local.

Figura 1 disposição de vagas para deficientes



Fonte: CREA-RS, 2007

Deve-se ter além das dimensões mínimas fixadas pelas legislações nacional, estadual e municipal de trânsito, um espaço adicional de circulação com 1,20m de largura mínima quando afastada de área de acesso, como expresso na figura 1.

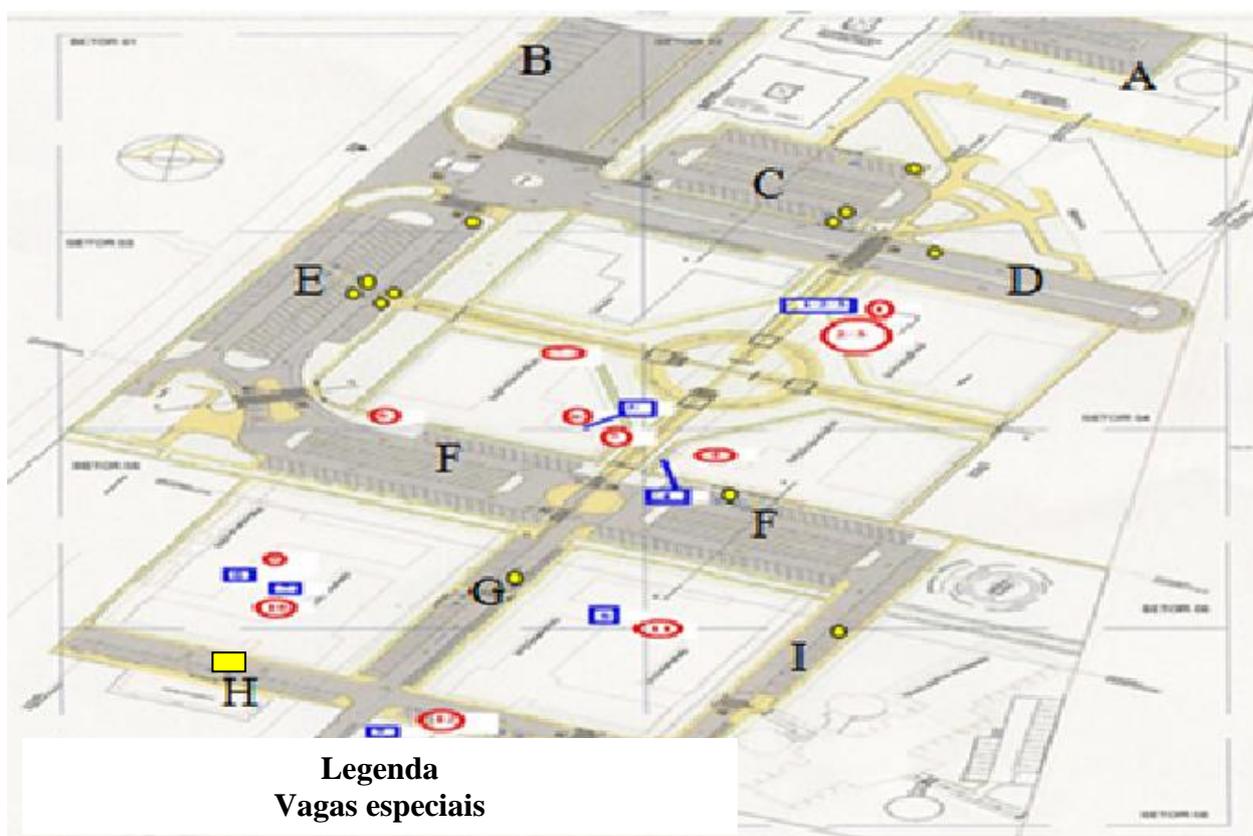
Observando-se na UAG, em geral, nos estacionamentos existem vagas reservadas para os portadores de necessidades especiais, salvo em alguns pontos como o estacionamento atrás do prédio (1), onde funcionam as salas de aula dos cursos de agronomia e de veterinária. Para este prédio, existe apenas uma única entrada.

O problema fica mesmo em relação ao total de vagas encontradas. De 355 vagas observadas, apenas 13 foram destinadas para a acessibilidade, não completando nem 10% do total de vagas em todo o espaço oferecido para este fim. Porém o problema tende a ter um acréscimo devido a unidade ainda estar em

construção, que ao longo do tempo deverá expandir mais estacionamento no *campus*.

Dessas 13 vagas oferecidas, até o momento, ainda encontram-se vagas que não têm rampas de acessos, nem tampouco estão próximas às entradas principais dos blocos, tornando mais difícil a situação para aqueles que precisam utilizá-las.

Figura 2: Mapeamento das vagas especiais.



Fonte: equipe da pesquisa, 2013

Para facilitar a obtenção dos dados, conforme pode ser visto na figura 2, o estacionamento foi dividido em partes A,B,C,D,E,F,G,H e I, sendo os pontos: (A) Estacionamento atrás do prédio dos professores. (B) Estacionamento para ônibus. (C) Estacionamento na frente do prédio dos professores. (D) Estacionamento do prédio 3. (E) Estacionamento a direita da guarita.(F) Estacionamento que divide predio de aulas dos laboratórios. (G) estacionamento dos laboratórios e

coordenação. (H) estacionamento acesso aos galpões. (I) estacionamento futuro hospital veterinário. Observa-se no quadro 1 que há 355 vagas do total e apenas 13 vagas para portadores de necessidades especiais.

Quadro 1: Estacionamento dividido por setores, de acordo com a fig.1, cada setor possui o número total de vagas e a quantidade de vagas para deficientes físicos.

Setor	Número de vagas normal	Número de vagas especial com identificação	Distancia da vaga mais próxima aos prédios (m)
A	13	0	22
B	8	0	31
C	46	3	8,4
D	12	1	47,5
E	60	5	169,1
F	118	1	50,7
G	33	2	52,3
H	5	0	7,3
I	60	1	18,4
Total	355	13	

Fonte: equipe da pesquisa, 2013

No quadro 2, tem-se especificamente a largura das vagas especiais encontradas no ponto "C"

Quadro 2: o setor C possui três vagas para deficientes físicos no estacionamento.

Vagas para deficientes físicos do setor "C"	Comprimento (m)	Largura da vaga especial(m)	Dimensionamento da vaga para prédio dos professores(m)
1ª	5,10	3,75	81,6
2ª	5,10	3,93	81,7
3ª	5,10	3,79	38,3

Fonte: equipe da pesquisa, 2013

No quadro 3 larguras apenas do setor "D"

Quadro 3: o setor D possui uma vaga para deficientes físicos no estacionamento

Vagas para deficientes físicos do setor "D"	Comprimento (m)	Largura da vaga especial (m)	Dimensionamento da vaga para prédio de aulas 1(m)
1	5,10	3,96	119

Fonte: equipe da pesquisa, 2013

No quadro 4 larguras apenas do setor "E"

Quadro 4: o setor E possui cinco vagas para deficientes físicos no estacionamento.

Vagas para deficientes físicos do setor "E"	Comprimento (m)	Largura da vaga especial (m)	Dimensionamento da vaga para prédio da biblioteca (m)	Dimensionamento da vaga para prédio de aulas 2(m)
1	5,50	5,20	166,1	169,1
2	5,60	5,70	158,9	161,9
3	5,70	6,40	159,9	162,9
4	5,20	4,80	160,6	163,6
5	5,30	4,95	160,6	163,3

Fonte: equipe da pesquisa, 2013

No quadro 5 larguras apenas do setor "F"

Quadro 5: O setor F possui uma vaga para deficiente físico no estacionamento.

Vagas para deficientes físicos do setor "F"	Comprimento (m)	Largura da vaga especial (m)	Dimensionamento da vaga para prédio da biblioteca (m)	Dimensionamento da vaga para prédio de aulas 2(m)
1	5,67	5,3	61,3	50,7

Fonte: equipe da pesquisa, 2013

No quadro 6 larguras apenas do setor "G"

Quadro 6: o setor G possui duas vagas para deficientes físicos no estacionamento.

Vagas para deficientes físicos do setor "G"	Comprimento (m)	Largura da vaga especial (m)	Dimensionamento da vaga para prédio da coordenação (m)	Dimensionamento da vaga para laboratórios (m)	Dimensionamento da vaga para laboratórios 2 (m)	Dimensionamento da vaga para laboratórios (m)
1	6,0	7,2	55,4	75,1	86,2	77,5
2	5,7	6,9	57,3	76,8	84,5	72,3

Fonte: equipe da pesquisa, 2013

No quadro 7 larguras apenas do setor "G"

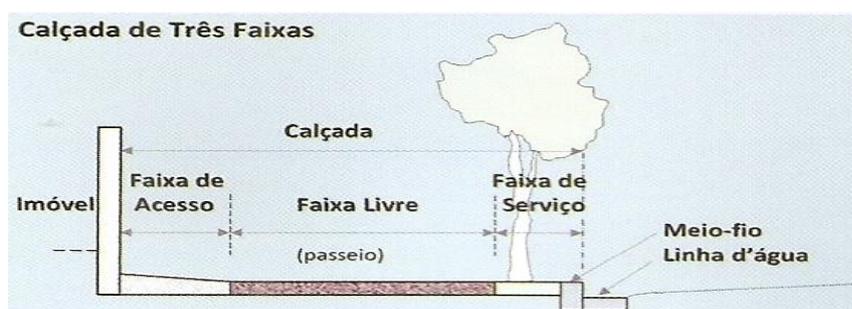
Quadro 7: o setor G possui duas vagas para deficientes físicos no estacionamento.

Vagas para deficientes físicos do setor "I"	Comprimento (m)	Largura da vaga especial(m)	Dimensionamento da vaga para hospital veterinário (m)
1	6	5,8	41,0

Fonte: equipe da pesquisa, 2013

Calçadas e passeios

Segundo a cartilha Calçadas de Garanhuns/PE. (2013), a calçada ideal é a que garante o caminhar livre, seguro e confortável, de todos os cidadãos. É o lugar onde transitam os pedestres na movimentada vida cotidiana. A calçada deve ter, no mínimo, três faixas sendo estas: Faixa de serviço – Localizada junto ao meio fio, é a faixa de serviço destinada a receber equipamentos e mobiliários, bem como plantas e árvores de vegetação pública. Faixa livre – é chamada de passeio ou Faixa de Percurso Seguro. Quando se enquadra nos padrões de acessibilidade, denomina-se rota acessível. Nesta faixa, não deve haver nenhum obstáculo permanente nem temporário que impeça ou dificulte o livre deslocamento do pedestre, como poste, árvore, jardineira, degraus ou materiais. As dimensões mínimas de Faixa livre não devem ultrapassar 1,20 m, possuir superfície regular, firme, contínua sem qualquer emenda e antiderrapante sob qualquer condição, reparo ou fissura em toda sua extensão e largura seguindo o modelo original, conforme figura 3. Faixa de acesso – é o espaço que permite o ajuste entre o nível da calçada e o do imóvel como também do estacionamento e do passeio, sobretudo em rampas e degraus, sendo de grande utilidade em lugares com declividade acentuada.

Figura 3 – disponibilização de calçadas. Projeto de calçada ideal.

Fonte: Calçadas de Garanhuns/PE. (2013)

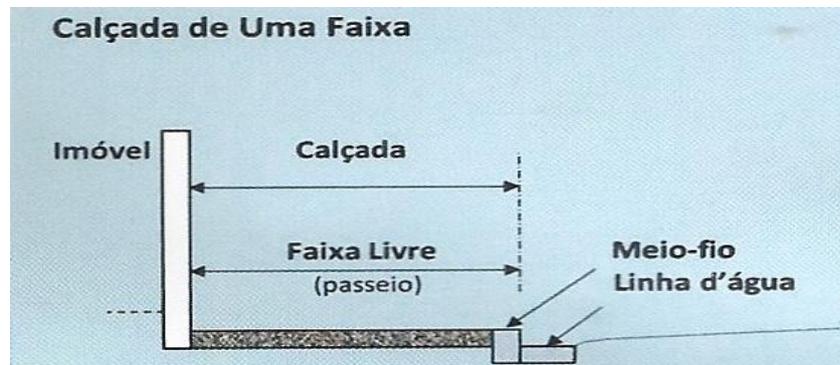
Figura 4 – disponibilização de calçadas com duas Faixas. Projeto de calçada ideal.



Fonte: Calçadas de Garanhuns/PE. (2013).

A calçada de largura insuficiente para três faixas poderá ter apenas a faixa livre e a faixa de serviço como é o caso da UFRPE/UAG, mostrada na figura 5. Se muito estreita a faixa terá tão somente a Faixa livre indispensável e essencial.

Figura 5 – disponibilização de calçadas com uma Faixa. Projeto de calçada ideal.



Fonte: Calçadas de Garanhuns/PE. (2013)

Os passeios ficam inseridos nas calçadas, que é o espaço onde os pedestres transitam. É chamado também de Travessia de pedestres, onde os rebaixamentos das calçadas devem estar localizados na direção do fluxo de pedestres. Podem estar situados nas esquinas ou em outro local da quadra. De acordo com a largura e as características das calçadas, os rebaixamentos podem ter diferentes formas. Eles devem estar devidamente ajustados quanto a alguns parâmetros como citados pela cartilha “Conheça as regras para arrumar sua calçada” (2005) citada a seguir: Quanto a Acessibilidade, assegurar a completa mobilidade dos usuários. Observar a

Largura adequada que deve atender às dimensões mínimas de 1,20 m, na faixa livre. A Fluidez que é a qualidade com que os pedestres devem conseguir andar a uma velocidade constante, sem interrupções. As Continuidades dos pisos se são lisos e antiderrapantes, mesmo quando molhados. Não devem existir obstáculos dentro do espaço livre ocupado pelos pedestres. A Segurança, o fato de não oferecer aos pedestres nenhum perigo de queda ou tropeço. Os Espaços de socialização devem oferecer locais de encontro entre as pessoas para promoção da interação social. A Calçada rebaixada deve apresentar rampas construídas ou implantadas na calçada ou passeio, destinada a promover a concordância de nível da faixa de acesso à rua (ABNT NBR 9050/2004).

O que se pode notar na UFRPE/UAG foi que os passeios e calçadas estão desgastados e velhos, com obstáculos no meio do passeio e com faixas irregulares e até a existência de torneira, em seu leito, o que dificulta assim a passagem de todos e principalmente de pessoas com mobilidade reduzida.

Por meio de uma breve análise dos itens citados acima, quanto à acessibilidade, larguras, fluidez, continuidade e segurança na UFRPE/UAG foram possíveis notar que: Quanto à acessibilidade, foram encontrados diversos itens que dificultam o acesso e mobilidades das calçadas como: tampas de bueiros em pleno meio de acesso, torneiras no meio do passeio, locais que simplesmente as calçadas são inexistentes ou onde não se pode trafegar devido a larguras pequenas.

Nas Larguras o que se encontrou foi: No prédio dos professores, a largura do acesso principal foi de 3,48m, o que significa uma largura maior que o comum, mas devido ao tráfego de pessoas está nos padrões que devem atingir no mínimo 1,20m. Já no prédio (1), onde está localizada a biblioteca do campus, a largura do acesso ficou de 3,56m, também um valor razoável devido à grande quantidade de pessoas que utilizam este espaço. No prédio (2), a largura do acesso principal foi 7,80m, muito maior que o esperado, porém é onde se encontram salas de aula, com grande quantidade de pessoas, todos os dias. No prédio (3), a largura do acesso principal foi de 7,80m, igual ao prédio (2), pois também é um prédio de salas de aulas. Nos prédios da coordenação e dos laboratórios, as larguras foram respectivamente 2,23



m e 1,25 m, bem menor que as encontradas nos outros prédios, mas ainda seguindo as normas mínimas de 1,20 m. Por último, no prédio da lanchonete, a largura foi 1,54m que deveria estar maior, pois também tem um fluxo alto de pessoas. Quanto a Fluidez, devido a empecilhos em alguns dos passeios relatados, esta foi bastante comprometida, com a existência de torneira e outros detalhes, em seu leito impossibilitando que um cadeirante possa circular sem que haja dificuldades no percurso. A continuidade foi outro item que deixou a desejar. Na maioria dos casos, as calçadas não são contínuas, há depressões e pontos onde simplesmente não se encontram passeios. Quanto às rampas de acesso, e pisos táteis e direcionais, não foram encontrados em todos os locais, do *campus*. Por último a Segurança, como mencionado anteriormente, há vários pontos onde se encontram tampas de bueiros nos passeios e até mesmo torneiras o que não auxilia na segurança para pedestres, independente de sua capacidade de locomoção.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, pode-se observar que na unidade da UFRPE em Garanhuns, apesar de oferecer uma estrutura de acessibilidade, ainda há várias falhas. Algumas podem facilmente ser resolvidas, enquanto que outras não, por se tratarem de problemas construtivos, implicando em custo alto.

Nesse sentido, existem várias dificuldades para que as pessoas utilizem os espaços externos da universidade. Para que ocorram melhorias e ajustes nestes, é preciso uma avaliação mais detalhada do verdadeiro sentido da acessibilidade, um estudo aprofundado das leis, normas e regulamentos que dispõem sobre a mobilidade, além de um levantamento pontual mais rigoroso que viabilize a execução das obras necessárias.

Assim, tendo sido o objetivo principal do presente trabalho atingido é importante deixar claro que apesar da pesquisa se restringir apenas a espaços externos, diferentemente de muitos outros trabalhos científicos como: dissertações de mestrado e/ou teses de doutorado, o mesmo tem como importância apontar para



as condições deficientes de acessibilidade, na Unidade Acadêmica da UFRPE, em Garanhuns, já que esta pode servir como modelo para as demais unidades em implantação ou a serem implantadas no estado de Pernambuco, e assim os mesmos erros não venham a se repetir.

Além disso, ressalta-se o fato de que, como dito anteriormente, a Universidade é pública e como tal deve proporcionar acesso aos cidadãos independentemente de raça, sexo, cor ou condição física para mobilidade, ainda mais sendo a Unidade Acadêmica de Garanhuns de abrangência regional, no agreste do estado.

Por fim, chama-se a atenção para a necessidade de realização de um trabalho completo, ou seja, que aborde também os espaços internos da universidade. Uma vez que a legislação se refere à acessibilidade aos espaços como um todo, e que não se registrou a presença de portadores de necessidades especiais permanentes fazendo uso dos benefícios, que uma unidade de ensino superior pode oferecer aos cidadãos. Este fato que por si só já se apresenta como estranho e preocupante, pois certamente contraria os deveres do poder público, assim como o direito dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR: 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. S.I. 2004. 97p.
- LANCHOTI, José Antonio. **Orientações Técnicas sobre Acessibilidade e Design Inclusivo**. Rio de Janeiro, 2011.
- BRASIL. Diário Oficial da União. **Lei nº. 10.098**, de 19 de dezembro de 2000.
- BRASIL. Decreto - **lei nº. 5296**, de 2 de dezembro de 2004.
- CREA-RS - **Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços, e equipamentos urbano**. Roteiro de vistoria. Recife: 3º workshop no Recife. 2007.
- GARANHUNS. **Cartilha de mobilidade urbana, calçadas de Garanhuns/PE**. Garanhuns: Secretaria Municipal de Planejamento, 2013.
- Prefeitura de Belo Horizonte. **LEGISLAÇÃO DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. Lei nº. 9.959**. Belo horizonte: LPUOS, 2010.
- NBR 9050 - **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. 97p



ORILDES, Tres - **Roteiro de vistoria: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Porto Alegre: CREA/RS, 2007. 23p.

SÃO PAULO. **Conheça as regras para arrumar sua calçada.** São Paulo: Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, prefeitura da cidade de São Paulo, secretaria de coordenação de subprefeituras e secretaria de Participação e Parceria, 2005. 38p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: A Universidade e a Pessoa Portadora de deficiência,** maio 2001.